

Antônio Carlos diz que censura na TV

não é da Radiobrás

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a quem está vinculada a Radiobrás, afirmou ontem desconhecer totalmente os casos de censura denunciadas no artigo do jornalista Carlos Chagas, mas frisou que o assunto será averiguado para posterior adoção das providências cabíveis. O ministro manifestou-se contrário à censura e ressaltou que o assunto será devidamente esclarecido.

Antônio Carlos Magalhães destacou, entretanto, que o programa "Diário da Constituinte" é elaborado pela Radiobrás, mas "a responsabilidade cabe inteiramente à Mesa da Constituinte, limitando-se a estatal apenas a cuidar tecnicamente do programa. Nesse caso eu garanto que não há censura, pois qualquer eventual interferência é de iniciativa da Mesa, conforme eu próprio combinei com o deputado Ulysses Guimarães", afirmou o ministro das Comunicações.

O presidente do comitê de imprensa do Senado, jornalista João Emilio Falcão, protestou contra a censura no noticiário da TV Nacional e combinou com seus colegas Bartolomeu Rodrigues e Ari Ribeiro, presidentes dos comitês de imprensa do Palácio do Planalto e da Câmara, uma reunião conjunta para debater o assunto, "antes que outros fatos se repitam". A censura é inadmissível ainda mais em regime democrático, e o governo não pode temer as críticas feitas pelos jornalistas no desempenho de sua profissão. Deve, ao contrário, esclarecê-las, pois tem compromisso com a manifestação da verdade diante da opinião pública — disse Falcão. O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, Carlos Max Torres, observou que nenhuma forma de censura é admitida pela imprensa, e lamentou que ainda se verifiquem fatos como os denunciados por Carlos Chagas, que comprometem o governo com um atentado contra a liberdade de imprensa.

O presidente da Radiobrás, jornalista Antônio Martins, não pôde ser ouvido pelo Estado porque passou o dia em sua chácara nos arredores de Brasília, e o porta-voz da Presidência da República, jornalista Profa Neto, antigo presidente da Radiobrás, não quis fazer comentários sobre o assunto antes de conversar com Martins e outros assessores do Palácio do Planalto.

PARLAMENTARES CONFIRMAM

Inaceitável. Essa foi a reação do senador José Fogaça, (PMDB-RS) e presidente da Subcomissão do Poder Executivo da Assembleia Nacional Constituinte sobre a ocorrência de censura na TV Nacional aos opositores do governo Sarney. "A denúncia é muito grave", salientou Fogaça, considerando que o presidente da República deverá tomar uma atitude firme nas próximas horas.

Também o ex-secretário de Justiça do Rio, deputado Nivaldo Barbosa, (PDT-RJ), foi vetado na TV Na-

cional. "Participei de um debate com o senador Fogaça e o ex-governador do Piauí, Hugo Napoleão, e fui informado que o programa não vai mais ao ar", disse Barbosa, explicando que a transmissão estava prevista para ontem.

A mesma reclamação foi feita pelos deputados Haroldo Lima, líder do PC do B, e Aldo Arantes (PC do B-GO). Em companhia do líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, eles disseram que estão sendo alvo de censura declarada aos pequenos partidos.

Segundo Haroldo Lima, o tempo destinado aos parlamentares dos pequenos partidos na Radiobrás é insuficiente. E o líder do PDT, Brandão Monteiro, vai mais longe: a Radiobrás decidiu excluir os partidos de oposição do jornal da Constituinte.

Haroldo Lima informou que os pequenos partidos deverão requerer uma comissão para acompanhar a edição do jornal da Constituinte. "Uma comissão participativa, segundo ele, e não a que o Marcelo Cordeiro está coordenando. Perdemos a confiança."

O deputado José Genoíno (PT-SP) confirmou a censura nos programas da Radiobrás, dizendo já ter sido vítima dela, e prometeu abordar o assunto na tribuna da Câmara, para exigir esclarecimentos da Radiobrás e do Ministério das Comunicações.

CENSURA INCONSTITUCIONAL

O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), também considerou "inaceitável" a censura posta em prática pela TV Nacional, em Brasília, manifestando surpresa pelo procedimento "que todos supunham arquivado com o fim do ciclo de governos autoritários e o advento da Nova República".

Pompeu, que é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, informou que esta semana apresentou emenda àquele órgão, inspirada na emenda nº 1, da Constituição dos Estados Unidos, dispoendo que será inconstitucional qualquer tentativa de alteração da nova Constituição brasileira, que implique em restrição, sob qualquer forma, à liberdade de imprensa.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), lembrou que episódios como este denunciado pelo Estado evidenciam a importância de a Constituinte dotar a sociedade de meios de defesa contra qualquer espécie de manipulação da informação, venha de onde vier.

Para o deputado Amaury Muller (PDT-RS), "são os fatos, não mais as suposições, que revelam de maneira transparente que os procedimentos da velha República e da nova República vão se tornando cada vez mais parecidos com o passar dos dias". Na opinião do deputado, a censura é inadmissível e contra ela todos os partidos devem se unir, em nome do interesse público e também do interesse próprio.

Nesta matéria não prevalece o jogo da astúcia, e o suposto beneficiado de hoje poderá ser a vítima de amanhã.

PAULO ABREU
GRUPO EMPRESARIAL DES.1930 - ALTO CONCEITO PABREU

Como Organizar

A Direção Sua

Atividade Empresarial
Precisa de um